



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL N.º 0214171-7

Juízo de Origem: 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Juiz Sentenciante: Dr. Paulo Onofre de Araújo

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Walter Maron de Cerqueira Y. Costa

APELADO: RODOLFO TEDESCO CASSER - ME

Advogada: Dra. Maria do Desterro Silva Pinto Oliveira

MP-PE: Dra. Eleonora Marise S. Rodrigues

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE - RESERVA DE PLENÁRIO - ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 481 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SÚMULA VINCULANTE 10 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ITEM 8.1.2 DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL N.º 19.529/1996 - NÃO COMPETE A ÓRGÃO FRACIONÁRIO DO TRIBUNAL DECIDIR SOBRE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO - SUBMISSÃO DO PROCESSO AO JULGAMENTO DO COLENDO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0214171-7, em que figuram como apelante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como apelado RODOLFO TEDESCO CASSER - ME.

ACORDAM os Desembargadores que integram a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecerem o recurso acima descrito, remetendo os presentes autos ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tudo na conformidade dos votos e do relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 22/03/2011

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL N.º 0214171-7

Juízo de Origem: 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Juiz Sentenciante: Dr. Paulo Onofre de Araújo

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Walter Maron de Cerqueira Y. Costa

APELADO: RODOLFO TEDESCO CASSER - ME

Advogada: Dra. Maria do Desterro Silva Pinto Oliveira

MP-PE: Dra. Eleonora Marise S. Rodrigues

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário e recurso de apelação interposto contra o teor da sentença que nos autos da Ação de Restituição de Indébito, julgou procedente em parte o pedido formulado, declarando a inconstitucionalidade incidental do item 8.1.2 do Anexo Único do Decreto Estadual n.º 19.529/1996, tomando por inexistente a relação jurídico tributário entre as partes, no que tange a cobrança da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (TFUSP).

Nas razões recursais, o apelante aduz que:

- a) o fato gerador da taxa impugnada por intermédio da ação está claramente estabelecido em lei
- b) o caráter de individualidade, divisibilidade e especialidade da TFUSP que foi instituída por lei e cuja constitucionalidade goza do respaldo do Supremo Tribunal Federal;
- c) a apelada funciona também como casa de jogos eletrônicos, haja vista que as licenças anexadas aos autos com a inicial referem-se ao funcionamento de máquinas de vídeo game, e não somente a prestação de serviços de locação de fitas de vídeo.
- d) as atividades da empresa estão tipificada nos anexos das Leis n.ºs 6.504/72 e 7.550/77, bem como no anexo do Decreto n.º 19.529/96;
- e) o funcionamento de casas de jogos é praticado sob fiscalização do Poder Público;
- f) o fato do Estado de Pernambuco não ter cobrado da apelada a taxa anterior ao ano de 1996, em hipótese alguma vem a invalidar

141
as cobranças que se realizaram a partir da mencionada data, posto que há muito a cobrança em tela encontrava previsão legal;

Ao final pugna pelo provimento do apelo objetivando a reforma da sentença recorrida, especialmente no que se refere à declaração de inconstitucionalidade do item 8. 1. 2, do anexo único do Decreto 19.529/1996. E no caso do reconhecimento do pleito inicial, que os juros de mora sejam calculados a partir do trânsito em julgado da decisão fundada no art. 167 do CTN, bem como a redução dos honorários advocatícios e que a correção monetária seja calculada com base no índice oficial idêntico ao aplicado à correção dos créditos tributários.

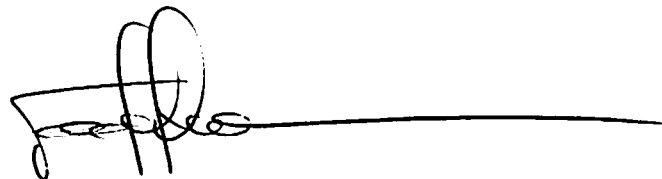
O apelado não contrariou os termos recursais, conforme se extrai da certidão de fls. 124 dos autos.

Nesta instância recursal, foram os autos ao MP-PE, que em cota de fls. 137, entende que não há no presente feito, interesse público a justificar sua intervenção.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 20 de dezembro de 2010.



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL N.º 0214171-7

Juízo de Origem: 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Juiz Sentenciante: Dr. Paulo Onofre de Araújo

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Walter Maron de Cerqueira Y. Costa

APELADO: RODOLFO TEDESCO CASSER - ME

Advogada: Dra. Maria do Desterro Silva Pinto Oliveira

MP-PE: Dra. Eleonora Marise S. Rodrigues

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE MÉRITO

Como ponto central da pretensão resistida discute-se a constitucionalidade das disposições do item 8.1.2 do Anexo Único do Decreto Estadual n.º 19.529/1996.

Ocorre que, diante da incompatibilidade material entre a lei nacional e municipal e a Constituição da República – inconstitucionalidade incidentalmente declarada pelo julgador *a quo* – e sendo plausível, ao menos em tese, a ofensa aos dispositivos constitucionais pertinentes, assim como, em razão da chamada “cláusula de reserva de plenário”, constante no art. 97 da Carta Magna, impõe-se a instauração de incidente de inconstitucionalidade, remetendo-se estes autos à Corte Especial desta Casa da Justiça, órgão que detém competência para declarar a inconstitucionalidade de Lei ou ato de Poder Público, conforme previsão regimental (art. 22, IV do RITJ-PE).

A vedação ao julgamento por este órgão fracionário do recurso em tela é inclusive objeto da Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal, assim redigida:

"Viola a cláusula de reserva de plenário (cf, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte."

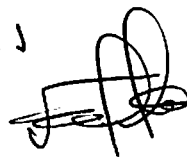
Assim, não sendo admissível a esta 7ª Câmara Cível, eventualmente, decidir pela inconstitucionalidade ou afastar a

148
incidência dos dispositivos tido como inconstitucionais pelo julgador singular - o que ocorrerá na hipótese de confirmação por este Colegiado da sentença por ele proferida - torna-se indispensável a submissão da matéria à Corte Especial deste Sodalício, suspendendo-se o andamento deste feito, até que ocorra o seu julgamento.

Em face disso, voto no sentido de submeter o presente recurso de apelação à apreciação do Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para exame da questão de inconstitucionalidade incidental declarada na sentença de 1º Grau.

É como voto.

Recife, 22/03/2011



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



145
C

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Sétima Câmara Cível

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 214171-7 – 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Rodolfo Tedesco Casseb - ME

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo eminente relator, voto nos seguintes termos:

(X) Instaurar o incidente de inconstitucionalidade, remetendo-o à apreciação da Corte Especial, nos termos dos art. 22, I, alínea "p", e art.151 do Regimento Interno do TJPE e art. 481 do CPC, diante da arguição de inconstitucionalidade de ato normativo do poder público estadual (item 8.1.2 do anexo único do Decreto nº 19.529/96).

- () Não provimento do Reexame Necessário.
- () Não provimento do Reexame Necessário, ficando prejudicado o voluntário.
- () Conhecer e negar provimento à apelação.
- () Provimento Parcial da Apelação.

Recife, 22 de fevereiro de 2011


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor